



Maria Degolada como feminicídio: Um exercício de análise interseccional de fontes históricas com estudantes da Vila Maria da Conceição

Maria Degolada (Maria Beheaded) as femicide: One intersectional analysis exercise from historic sources with students from Vila Maria da Conceição

Carla de Moura*

Resumo: Este artigo enlaça os achados e reflexões de uma professora de história, estudantes e comunidade escolar, sobre o assassinato da “Maria Degolada”, emblemático caso de feminicídio da Porto Alegre do final do século XIX. Na primeira parte, apresento as fontes escritas, visuais e orais por nós exploradas. Na segunda parte, relato o exercício de análise interseccional de algumas destas fontes históricas, realizado por um grupo de alunas de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, moradoras da Vila Maria da Conceição, registrado no documentário As Marias da Conceição – Por um Ensino de História Situado. Ao operar a interseccionalidade entre os marcadores de gênero, raça e classe, e como atuam na distribuição das oportunidades e violências, as estudantes produzem narrativas históricas situadas, construindo sentidos para o tempo presente.

Palavras-chave: Maria Degolada. Feminicídio. Interseccionalidade.

Abstract: This article intertwists the reflections of an history teacher students and the school community about the murder of “Maria Degolada” (Maria Beheaded), emblematic case of femicide in Porto Alegre in the end of XIX century. In the first part I will show the written, visual and and oral sources that we explore. In the second part I report the exercise of intersectional analysis of part of these historical sources realized by female middle school students, who live in Vila Maria da Conceição, registered on the documentary “As Marias da Conceição – for a history teaching situated”. Using intersectionality with gender, race and class markers and the way they act on the distribution of opportunities and violence, the students makes historical narratives situated, building meanings for the present tense.

Keywords: Maria Degolada (Maria Beheaded). Femicide. Intersectionality.

* Professora de História da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, Mestra em Ensino de História pelo PROFHISTÓRIA/UFRGS.

A Vila Maria da Conceição, em que mora a comunidade que atendo como professora de história na E.E.E.F. Santa Luzia desde 2012, cresceu em torno de um local onde, em 1899, ocorreu um crime hediondo. A jovem imigrante alemã de 21 anos, Maria Francelina Trenes, foi degolada por seu amásio, o soldado da brigada militar, Bruno Soares Bicudo. A vila, por muito tempo conhecida como “Maria Degolada”, tem nesta história seu mito fundador. Entre as versões recorrentes está a afirmação de que Maria Francelina era prostituta. Entretanto, a comunidade transformou a suposta “puta” em santa, ergueu uma gruta em sua homenagem e atribui a ela inúmeras graças atendidas. Assim registrei em diário de campo do Projeto de Educação patrimonial *O Poder da Memória*¹, minha primeira entrada na vila com as alunas e alunos:

Então foram me mostrando os lugares escolhidos por eles como patrimônio. Começamos pela lendária Gruta da Maria Degolada. Cercada por uma mureta baixa e um pequeno portão de entrada, a grutinha, como é conhecida, é uma casinha de tijolos à vista com uma cruz no centro e outra no canto da mureta, por onde passam os fios dos ‘gatos’ de luz puxados pelos moradores. Na parte interna da mureta inúmeras placas de agradecimento à santa por graças atendidas. A placa mais antiga é de 1942. Uma placa de maior tamanho, colocada no ano de 1999, contém os seguintes dizeres: ‘Em memória a Maria Francelina Trenes, no centenário de sua morte, pelas muitas Marias que se tornou e em repúdio a toda forma de violência e discriminação contra as mulheres’. A placa é assinada pelo Grupo de Mulheres e Associação de Moradores da Vila Maria da Conceição, pela Associação Cultural de Mulheres Negras e pelo Coletivo Feminino Plural Maria Mulher. A apropriação e ressignificação do assassinato de Maria Francelina por seu amásio, o soldado da Brigada Militar Bruno Bicudo é neste caso, feita pelos movimentos sociais da comunidade, mas ela também se dá através da tradição oral. Corre a história de que a santa não atende pedidos de membros da brigada militar, afinal seu assassino era brigadiano.²

O aprofundamento deste processo é narrado na dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História PROFHISTÓRIA/UFRGS, intitulada *As Marias da Conceição – Por um Ensino de História Situado, Decolonial e Interseccional*³. O Ensino de História Situado se insere no campo das Pedagogias Decoloniais, inspira-se na Pedagogia das Encruzilhadas⁴, tem como aporte

¹ O Projeto de Educação Patrimonial *O Poder da Memória* foi gestado na oficina *Educação Patrimonial e Cidadania*, promovida pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERs), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e dirigida a professores da rede pública. O projeto teve duração de três anos letivos e partiu do levantamento e pesquisa histórica e tombamento simbólico pelas alunas e alunos da escola Santa Luzia, dos bens culturais que os moradores da Vila Maria da Conceição atribuem sentido de Patrimônio da Comunidade, entre estes, a Grutinha da Maria Degolada. Saiba mais em: *O PODER da Memória. Projeto de Educação Patrimonial da Escola Santa Luzia*. Porto Alegre: 2012. Disponível em: <<http://opoderdamemoria.blogspot.com/>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

² MOURA, Carla de. *Diário de campo do Projeto de Educação patrimonial O Poder da Memória*. Porto Alegre: 2012.

³ MOURA, Carla de. *As Marias da Conceição – Por um Ensino de História Situado, Decolonial e Interseccional*. 193 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – PROFHISTÓRIA/UFRGS, Porto Alegre, 2018.

⁴ RUFINO, Luis. Exu e a Pedagogia das Encruzilhadas sobre conhecimentos, educações e Pós Colonialismo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS: Movimentos Sociais e Educação, 8., jun. 2015, Rio de Janeiro. Disponível em:

principal o Pensamento Feminista Negro, e articula a Interseccionalidade entre os marcadores sociais de gênero, raça e classe⁵ como estratégia analítica, à investigação histórica dos bens culturais aos quais a comunidade escolar atribui sentido de Patrimônio⁶.

Este artigo enlaça os achados e reflexões de uma professora de história, alunas, alunos e comunidade escolar que há oito anos investigam fontes históricas e a tradição oral sobre este emblemático caso de feminicídio da Porto Alegre do final do século XIX. Na primeira parte, apresento as fontes escritas, visuais e orais por nós exploradas. Na segunda parte, relato o exercício de análise interseccional de algumas destas fontes históricas realizado por um grupo de estudantes de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, moradores da Vila Maria da Conceição, registrado no documentário *As Marias da Conceição – Por um Ensino de História Situado*.

A história da “Maria Degolada” atravessou o século pela oralidade e por rituais religiosos bastante sincréticos. Tais práticas podem ser acompanhadas em suas permanências e transformações através de matérias do Jornal Zero Hora que encontramos no acervo do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, publicadas nos anos de 1969, 1975 e 1986. Também foram registradas no livro *Porto Alegre: Crônicas de minha cidade*, de Ary Veiga Sanhudo. O autor conta que foi em uma sessão espírita que “ela” teria revelado que não gostaria de ser chamada de Maria Degolada, tomando o nome como uma “malfadada invocação”⁷, mas sim, de Maria da Conceição.

Em 1994, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul localizou, transcreveu e publicou o livro *Maria Degolada – Mito ou realidade*⁸, no qual reuniu o processo crime contra o soldado, o atestado de óbito da vítima e as notícias do crime na imprensa da época, do jornal *Gazetinha*. Com o encontro desta documentação, novas narrativas foram produzidas. Em 2002, o historiador Gunter Axt escreveu um artigo sobre justiça nos espaços de memória de Porto Alegre

<<https://pt.scribd.com/document/356170801/Exu-e-a-Pedagogia-Das-Encruzilhadas>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

⁵ CRENSHAW, Kimberlé. A urgência da Interseccionalidade. TED – Ideas worth spreading, out. 2016. Vídeo online (18min50s), son., color. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt-br#t-698194>. Acesso em: 06 mar. 2018.

⁶ Não referencio aqui *Pedagogias Decoloniais e Pensamento Feminista Negro*, pois se tratam de movimentos mais amplos construídos no diálogo entre diversas autoras e autores. Sobre as *Pedagogias Decoloniais*, ver mais em: WALSH, Catherine (Org.). *Pedagogias Decoloniais: Práticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. TOMO I. Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013. Sobre *Pensamento Feminista Negro*, nesta pesquisa trabalhamos com pensadoras brasileiras, entre as quais: Lélia Gonzales, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Claudia Pons Cardoso, Djamila Ribeiro; e estadunidenses como: Patricia Hill Collins, bell hooks, Angela Davis, entre outras.

⁷ SANHUDO, Ary Veiga. *Porto Alegre: Crônicas da minha cidade*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1973, p. 128.

⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Maria Degolada – Mito ou Realidade?* Porto Alegre: EST, 1994.

a partir do monumento a Julio de Castilhos e da Grutinha da Maria Degolada⁹. Em 2004, o historiador Alessander Kerber se dedicou a pensar a relação do Mito da Maria Degolada com a identidade musical dos moradores da Vila Maria da Conceição¹⁰.

Em 2008, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento publicou o livro *Os sete Pecados da capital*¹¹, em que narra a história de sete mulheres pertencentes às classes populares da Porto Alegre do século XIX, entre estas, Maria Francelina Trenes. A obra da sofisticada historiadora certamente é leitura obrigatória para quem busca conhecer o caso em seus detalhes e versões. Pesavento acessou um corpo muito mais amplo de documentos, que demonstram, por exemplo, que Maria Francelina tem registros de passagem pela Santa Casa como viúva e, mais tarde, como solteira. Em reportagens da época do Jornal Correio do Povo é descrita como uma “mulher de vida fácil”, e no processo crime, como amásia de Bruno Bicudo.

No Museu Joaquim José Felizardo, fizemos uma busca no acervo fotográfico. Encontramos fotografias do Partenon e entorno, como a lomba do cemitério (atual Oscar Pereira), em que ficava situado o cemitério da Santa Casa onde Maria Francelina foi enterrada; a Chácara das Bananeiras (atual Aparício Borges), onde se localizava o destacamento onde servia o soldado Bruno Bicudo, assassino de Maria Francelina Trenes; e o Hospital Psiquiátrico São Pedro, que dava o nome do local do crime naquela época: o Morro do Hospício. Por fim, encontrei uma fotografia do fotógrafo Lunara, intitulada “*Amor e ciúme*”, na qual um casal namora à sombra de uma grande árvore e, atrás dela, um homem aparece à espreita. Esta fotografia é do ano de 1900 e o assassinato da *Maria Francelina Trenes* aconteceu em novembro de 1899. Assim, tudo leva a crer que foi inspirada no caso. Essa fotografia de Lunara foi um achado da nossa pesquisa. Lunara foi um fotógrafo amador que registrou Porto Alegre nos primeiros anos do século XX. A fotografia não deve ser confundida com um registro da cena que antecedeu o assassinato de Maria Francelina Trenes, ocorrido em novembro de 1899. Mas é bastante possível que tenha o fato como referência, pois Lunara produziu fotografias encenadas, algumas organizadas em um álbum intitulado *Vistas de Porto Alegre*:

As fotografias de Lunara destacam-se do conjunto de imagens da época, pelo tratamento artístico dado à fotografia, inclusive intitulando as suas obras, evidenciando enfim, um olhar autoral, fotográfico e pictórico. Retirando da fotografia sua capacidade apenas para ‘retratar’ o real, mas ao contrário, experimentando suas possibilidades narrativas. Mesmo que, conforme Fontcuberta (1997), a fotografia atue como o próprio ‘beijo de Judas’, traindo sempre uma possibilidade de interpretação objetiva e documental, nos remetendo

⁹ AXT, Gunter. Júlio de Castilhos e Maria Degolada: a justiça nos espaços públicos da memória gaúcha. *Revista da Ajuris*, Porto Alegre, 2002.

¹⁰ KERBER, Alessander. *Memória Musical da Vila Maria da Conceição*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 2004.

¹¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os sete pecados da capital*. Porto Alegre: Editora HUCITEC, 2008.

a questão de como a imagem técnica vai, ao longo do século XX, reconfigurar a sua relação com o real e com a arte.¹²

É interessante pensar que, se buscarmos por imagens de Maria Degolada no Google, aparece em destaque uma fotografia em preto e branco, aparentemente a capa do Almanaque Portoalegrense no qual se lê “Anno 12, nº12 – dezembro de 1899, nesta edição: Crime hediondo em Porto Alegre, brigadiano degola a amante”. Aparece, ainda, a imagem de uma moça loira, com cabelo preso em um rabo de cavalo, que muitos acreditam ser Maria Francelina Trenes. Na verdade, esta moça é uma atriz chamada Gabriela Linhares, que encenou a personagem Maria Francelina em uma peça de teatro sobre o caso, dirigida por Camilo de Lélis. Com estreia em 2001, a famosa imagem é um folder do espetáculo *Maria Degolada*. As duas fotografias, embora distantes cem anos no tempo (1900-2001), são representações que atuam no campo do imaginário, da cultura e das sensibilidades, produzindo sentidos para o acontecimento.

Tais sentidos também são produzidos pelas histórias contadas. Ao buscar depoimentos dos moradores mais velhos sobre a História de Maria Francelina Trenes, a Maria Degolada, ouvimos de Dona Guacira que: “Eu sempre soube, mesmo antes de ser moradora da comunidade, eu sempre soube dessa história assim: o que eu sei é que ela era amante de um brigadiano e que ele, por ciúmes, degolou-a”. Mestre Paraquedas, reconhecido griô da cidade de Porto Alegre, primeiro compositor da Escola de Samba *Academia Samba Puro* e antigo morador da comunidade, conta que ouviu de seus pais que “Maria era uma menina jovem e pura que sofreu uma tentativa de estupro seguido de morte, perto da pedreira, onde o pai trabalhava.” Dona Tereza recorda que: “Faziam até promessa ali na gruta, levavam até véu de noiva ali.” Dona Tânia ainda afirma: “A Maria Degolada é assim, os moradores mais antigos contam que não é pra chamar ela de Maria Degolada, porque pode acontecer alguma coisa ruim com a pessoa, no caso, é pra chamar ela de Maria da Conceição.”

Quando em 1994 historiadores localizaram no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul o processo crime contra o soldado Bruno Soares Bicudo, acusado de degolar sua amásia Maria Francelina Trenes na pedreira do Morro do Hospício, em novembro de 1899, a expectativa foi de que, enfim, foram encontrados documentos que comprovam a “verdadeira versão da História”. A manchete do Jornal Zero Hora de 11 de maio de 1994 anuncia: “A lenda de Maria Degolada vira História – Um antigo documento revela a verdadeira tragédia da mulher que a crença popular transformou em santa milagreira”.

¹² STUMVOLL, Denise. A poética de Lunara e sua relação com o pictorialismo. In: ENCONTRO DA ANPAP – “Ecossistemas Artísticos”, 23., 15 a 19 set. 2014, Belo Horizonte, p. 15. Disponível em: <<http://www.anpap.org.br/anais/2014/ANAIS/simposios/simposio01/Denise%20Stumvoll.pdf>> Acesso em: 25 set. 2017.

No entanto, Seu Inácio, morador há mais de 50 anos da Vila Maria da Conceição, sobre o caso da “Maria Degolada”, afirma: “É só História né? A metade era história mesmo! Nada era verdade. Um pouco era..., mas mais era História.” Essa fala inusitada, pode parecer a princípio engraçada, mas nos lembra que as fontes são carregadas de razões, intenções, estratégias e sensibilidades de um outro tempo, e é desde o presente que o historiador vai manipulá-las e analisá-las¹³. Neste sentido, feminicídio certamente não era o conceito usado para definir o assassinato de mulheres por seus amásios ou maridos no final do século XIX, mas uma categoria que pode e deve ser pensada em termos de proveniência, na articulação do corpo com a história. Não se trata, portanto, de anacronismo, mas de genealogia¹⁴.

Na escola, nos propusemos a pensar as fontes históricas a partir da Interseccionalidade entre os marcadores sociais de gênero, raça e classe e de como estes operam nos processos pelos quais se dá a distribuição dos acessos e violências¹⁵. Assim, as alunas, ao realizarem o exercício de análise interseccional do processo crime e perguntarem sobre qual o lugar de fala, ou seja, lócus social¹⁶ de quem produz os discursos nas fontes históricas, constatam que apenas os homens foram testemunhas no processo. Uma aluna registrou no diário de campo: “Não houve testemunhas mulheres apesar de ter tido mulheres que testemunharam o crime.” A constatação da aluna se deve ao fato de que a primeira testemunha do processo, Felisbino Antero de Medina, praça do primeiro regimento da Brigada Militar, teve assim registrado o seu depoimento:

Disse que no dia referido pelas trez horas da tarde, achava-se o depoente, o acusado, a vítima e mais pessoas, homens e mulheres, de passeio nas proximidades do Hospício São Pedro, em lugar descampado, quando o acusado entreteve alteração com a vítima sua amasia.¹⁷

Havia homens e mulheres na cena do crime, mas apenas os soldados, colegas do assassino Bruno Soares Bicudo, foram testemunhas no processo. Por que as mulheres não testemunharam? O que essa ausência denuncia? O documento é colocado sob suspeita. Ao questionar o silenciamento das testemunhas mulheres, a “veracidade” do documento é automaticamente colocada em xeque. As alunas atualizam a explicação usando o conceito de feminicídio, com o qual demonstram compactuar:

O que nos chamou atenção no processo criminal da Maria Degolada foi que durante o depoimento das testemunhas apenas homens testemunharam o ocorrido, sendo que uma delas apontou que no local do crime haviam homens e mulheres. Porém elas não foram ouvidas na época e isso nos chamou muito atenção e nos deixou pensando: o que será que elas teriam dito se elas tivessem

¹³ PESAVENTO, 2008, p. 11.

¹⁴ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 22.

¹⁵ MOÇAMBA apud RIBEIRO, Djamilá. *O que é lugar de fala*. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

¹⁶ RIBEIRO, 2017.

¹⁷ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1994, p. 35.



sido ouvidas? Hoje em dia esse processo de um homem matar uma mulher é chamado de feminicídio e tem uma taxa muito alta de feminicídio hoje em dia. Em que homens simplesmente matam as suas namoradas ou as suas ex-namoradas por ciúmes, ou por que não aceitam o fim de um relacionamento, ou simplesmente por não quererem que elas sigam as suas vidas.

Os discursos expressos neste corpo de documentos foram produzidos por homens. Homens da justiça, da polícia e da imprensa. Localizado o Lugar de Fala de quem produziu estes discursos históricos, passamos a refletir sobre como esses homens narram os acontecimentos. Na medida em que as alunas enfatizam que o documento apresenta uma perspectiva parcial, a intencionalidade dos testemunhos passa a ser investigada. Chamou atenção do grupo de estudantes o fato de que Maria Francelina se defendeu de seu algoz, utilizando, inclusive, uma acha de lenha, e posteriormente um cano de ferro – o que contrapõe o estereótipo de fraqueza feminina. Por outro lado, os depoimentos que assim descrevem a cena do crime, são unicamente dos soldados, que poderiam estar tentando justificar de alguma forma a ação do colega. Notamos que no depoimento da terceira testemunha, Francisco Alves Nunes, soldado da Brigada Militar, a descrição da discussão do casal sugere que a vítima era, no mínimo, uma mulher promíscua:

[...] que em meio a festa a vítima entendeu dirigir chufas ao denunciado, que era seu amásio dizendo-lhe que tinha outro homem com quem pernoitar, suscitando-se por isso uma discussão entre ambos a qual, tornando-se calorosa, deu lugar a que o depoente e seus companheiros intervissem, chegando mesmo a vítima a lançar mão de porrete e de um pedaço de ferro para com elles agredir o denunciado.¹⁸

No entanto, não há, em nenhum lugar do processo, a afirmação de que Maria Francelina Trench era prostituta, apesar de esta ser uma versão recorrente na tradição oral corroborada por historiadores e jornalistas. As estudantes fizeram questão de vasculhar o documento em busca de alguma referência à prostituição e nada encontraram nesse sentido. Assim registraram no diário de campo: “Nada no processo indica que ela era prostituta e só tinha testemunha homem.” Este depoimento, na análise das estudantes, ao enfatizar a ação violenta da vítima e insinuar que “era puta, porque iria dormir com outro”, apela para a legítima defesa da honra masculina amparada pelo código moral e penal da época, em evidente tentativa de desqualificar a pessoa de Maria Francelina Trench:

J.: No processo crime homens, amigos de Bruno Bicudo, falaram que ela agrediu ele com um pedaço de pau e de madeira, desonrou ele falando que ela ia dormir com outro...

A.: Tentando assim justificar o motivo dele ter matado ela, dizendo que era simplesmente a legítima defesa da honra. Como quando, por exemplo, hoje em dia tentam muitas vezes justificar o fato de uma menina ser estuprada dizendo que ‘ah ela tava com short curto ela tava pedindo’ ou quando dizem ‘ela tava andando na rua sozinha essa hora da noite, também tava pedindo, né?’ E isso é uma coisa

¹⁸ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1994, p. 38.



muito absurda! Porque simplesmente não tem como alguém pedir para ser estuprada. Se ela tava de short curto é porque ela queria estar de short curto.

J.: O corpo é dela!

A.: Se ela estava andando na rua de noite é porque ela queria! Não é porque ela queria simplesmente ser estuprada. Ela precisava ou ir pra casa, ou ir pro trabalho, ou ela estava indo pra casa de alguma amiga, ou indo pra casa do namorado... Não tem como uma mulher simplesmente chegar e pedir para ser estuprada.

A.: Mas em nenhuma parte do documento se diz que a Maria tinha profissão de prostituta.

J.: Sendo que não era verdade!!!

A.: Nada no documento nunca comprovou que ela era de fato uma prostituta, deixando assim que o povo foi incrementando a história, deixando a entender que ela era sim, de fato, uma prostituta. Que ela era barraqueira, que ela batia no cara, que ela sempre discutia, que ela batia de frente com ele... Que ela simplesmente não deixava as coisas passarem batido. Que tinha voz e sabia falar, sabia se defender. Sabia simplesmente ser dona de si própria não deixando que ele interferisse em nada na vida dela.

As alunas se aproximam, a partir do marcador social “mulher”, de Maria Francelina Trens e identificam nas relações sociais do presente que os fatores que levaram ao feminicídio permanecem atuantes. As meninas utilizam todo um aporte das discussões feministas da contemporaneidade para discutir a “fama de puta” atribuída às mulheres cuja independência se opõe aos preceitos machistas. Fazem isso através de expressões como “o corpo é dela”, para comparar a tentativa por parte dos soldados “amigos de Bruno Bicudo” de justificar a ação do colega com os discursos que afirmam que se uma mulher está de “roupa curta” ou “na rua sozinha” “está pedindo para ser estuprada”, e denunciam: “é um absurdo isso!”

A quarta testemunha, Manoel Antônio de Vargas, praça da Brigada Militar, afirmou em seu depoimento que Maria Francelina “procurou agredir o denunciado, seu amasio por motivos de ciúmes”¹⁹ e que este, em represália, degolou-a com uma faca que trazia consigo. A imprensa da época, no entanto, não comprou essa versão dos fatos. Nas duas reportagens publicadas no jornal Gazetinha, o crime é descrito como uma “tragédia de ciúmes”, mas, neste caso, era Bruno Bicudo o ciumento. E mais uma vez o assassinato é justificado, desta vez sob alegação de crime passional. Zezinho, que assina a matéria do dia 14 de novembro de 1899, escreveu:

Eu, porém lastimo sinceramente o desgraçado!... Matou por ciúme! É quanto basta para commover-me inteiramente, para sensibilizar-me o coração. O homem em tais circunstâncias não é um miserável assassino, não é um bandido covarde, é simplesmente um desgraçado.²⁰

¹⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1994, p. 39.

²⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1994, p. 63.



As alunas constataram que mesmo os documentos produzidos na época do crime não apresentam uma versão uníssona dos fatos e que, ao silenciar as mulheres presentes na cena do crime, o corpo documental deixa lacunas significativas. O que temos são diferentes narrativas masculinas acerca do assassinato de uma mulher por seu amásio. Para as alunas, Maria Francelina era uma mulher “que tinha voz, sabia falar e se defender, por isso foi assassinada”. Nas suas explicações, as alunas reconhecem que a violência física e simbólica (no campo das representações) às mulheres, assim como as resistências, são uma experiência social compartilhada pelas mulheres em diferentes períodos históricos. A questão de gênero na explicação dos documentos, do lugar de fala das adolescentes, é aportada nas epistemologias feministas. No entanto, Sueli Carneiro nos convida a aprofundar a análise:

Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.²¹

Desta forma, ao operar a interseccionalidade, as alunas foram convidadas a pensar sobre o marcador social “raça” na documentação. Sueli Carneiro afirma que o horizonte da atuação das intelectuais negras é a possibilidade de construção de um modelo civilizatório humano, fraterno e solidário, em que a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade. No entanto, a autora chama atenção de que, para que haja igualdade de direitos, é preciso que as diferenças não sejam invisibilizadas ou diluídas – é preciso fazê-las existir. Assim, ao propor *Enegrecer o Feminismo*, convida ao posicionamento diante das especificidades que atravessam as vidas das mulheres negras:

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a ‘boa aparência’, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras.²²

²¹ CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>>. Acesso em: 23 set. 2015.

²² CARNEIRO, 2011.



É com a intenção de enfatizar estas desigualdades que, no documentário *As Marias da Conceição* – Por um *Ensino de História Situado*, após essa primeira explicação do documento, outro grupo de alunas aparece fazendo o seguinte questionamento: “Maria Degolada, se tu fosse negra, tu seria uma santa?” Essa pergunta foi elaborada a partir das aulas sobre as categorias de análise do Feminismo Negro aplicadas no exercício de análise interseccional de fontes históricas. Houve uma discussão em que levantamos hipóteses para o fato do assassinato de Maria Francelina Trens ter causado tamanha comoção, ao ponto de entrar para o imaginário e posteriormente para a História da cidade de Porto Alegre. No registro em diário de campo, uma das alunas afirmou: “Se fosse uma mulher negra não teria gerado história.” No documentário, a afirmação é reelaborada e transformada em pergunta. Mas elas explicam o porquê da indagação:

N.: Estamos fazendo essa pergunta por que chegamos à conclusão que, nesse momento que a gente tá aqui, tem uma mulher sendo executada, uma mulher negra, entendeu? E a gente tem que dar um basta nisso!

K.: E que assim ó: se um negro de periferia morre não fazem nada, agora se for um branco lá do outro país aí eles querem fazer, ir lá, lutar pelos bagulho...

N.: Todo mundo se comove, entendeu? Todo mundo se comove! Mas quando é uma mulher negra...

K.: Por que quê com o negro não fazem?

L.: Porque vidas brancas valem mais do que vidas negras. Porque quando um branco morre, vai pro jornal, vai pra revista, vai pra tudo que é lugar. Já se é um negro, as pessoas nem se perguntam o porquê que ele morreu.

A denúncia das alunas é pesada e demonstra que suas reflexões são perpassadas pelo seu lugar de fala, pois todas elas já perderam pessoas queridas, geralmente muito jovens, e conhecem de perto as políticas de genocídio da população jovem negra. A aluna que afirma que “quando é um branco lá do outro país, aí eles querem lutar pelos bagulho”, faz referência a uma discussão que tiveram minutos antes da gravação, em que comentavam sobre os filtros de bandeira da França no Facebook após o atentado terrorista naquele país. Essas manifestações não fazem o menor sentido para as alunas que denunciam a comoção seletiva. Outra aluna complementa de forma sofisticada a reflexão da colega, evocando a discussão trazida pela campanha civil lançada nos Estados Unidos, mas com caráter internacionalista, que tem por lema a frase: **Black Lives Matter**, ou seja, “Vidas Negras Importam”. A questão é que essas representações transbordam o imaginário e incidem no real na medida em que determinam como os sujeitos se veem e são vistos na sociedade. O *Lugar de Fala*, neste caso, apresenta-se como ferramenta para denúncia das atrocidades vivenciadas de forma compartilhada na comunidade. O Feminismo Negro, no entendimento das alunas, seria um instrumento “para defender os negros” justamente dos efeitos práticos de tais representações:



K.: E que feminismo negro não é só para as mulheres, também são para os filhos delas pra defender eles de...

VG.: De ir pro colégio tomar um paredão. De tu ta lá e falar que tu é do tráfico. De tu usar uma roupa bagaceira e falaram que tu é fumante, que tu é drogado, que tu te droga que tu rouba, que tu é tudo!

K.: E o Feminismo Negro é pra ajudar os negros a se...

VG.: A ser igual a todo mundo! Porque ninguém é melhor do que ninguém! Branco é Branco! Negro é Negro! Mas os negros sofrem e...

K: Sofrem mais que os brancos, porque é isso.

Na intersecção com o gênero é evidente na narrativa das alunas que os homens negros não ocupam o mesmo lugar de privilégio dos homens brancos. As alunas, ao afirmar que o “Feminismo Negro não é só para as mulheres, mas também para os filhos delas”, ressaltam que o sofrimento das mulheres negras é também causado pelo genocídio da população jovem negra, majoritariamente masculina, e pelas políticas de encarceramento as quais a população negra é exposta. Não é por acaso que a santa popular não atende aos pedidos de brigadianos. Djamila Ribeiro resalta que homens negros estão inclusive abaixo das mulheres brancas na pirâmide social²³. Diferenciar os homens negros dos homens brancos e denunciar a violência a que homens negros estão expostos é um tema presente na produção intelectual das mulheres negras:

A percepção de que o homem deve ser, por exemplo, o principal provedor do sustento da família, o ocupante das posições mais valorizadas do mercado de trabalho, o atleta sexual, o iniciador das relações amorosas, o agressivo, não significa que a condição masculina seja de superioridade incontestável. Essas mesmas imagens cruzadas com o racismo reconfiguram totalmente a forma como os homens negros vivenciam gênero. Assim, o negro desempregado ou ganhando um salário minguado é visto como o preguiçoso, o fracassado, o incapaz. O atleta sexual é percebido como um estuprador em potencial, o agressivo torna-se o alvo preferido da brutalidade policial.²⁴

Ao contrário do que afirmou o historiador Gunter Axt, que “o caso jamais foi a julgamento e o assassino ficou impune”²⁵, Bruno Soares Bicudo foi condenado a 30 anos de prisão com trabalhos. O recibo de entrega do réu à administração da Casa de Correção para cumprimento de pena assim o descreve:

[...] solteiro, com 29 anos de idade, ex-praça, analfabeto, com um metro e sessenta e quatro e meio centímetros de altura [...] côr indiatca, cabelos e barba

²³ RIBEIRO, 2017.

²⁴ BAIRROS, Luiza. “Nossos feminismos revisitados”. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995, p. 461.

²⁵ AXT, 2002, p. 11.



preta, sobrancelhas ralas, testa grande, olhos negros, nariz chato, bocca grande, orelhas regulares, pés e mãos proporcionados.²⁶

Morreu na prisão sete anos mais tarde, vítima de nephrite intestinal. Sandra Pesavento chama nossa atenção para o fato de que com as transformações da narrativa no tempo, o soldado vai “escurecendo”, de “indiático” passa a “caboclo” e a “pardo” e, posteriormente, a “negro”²⁷. Acrescenta-se ainda nestas narrativas, adjetivos como “rude”, “grosseiro”, “violento”. Poderíamos da mesma forma nos perguntar se Bruno Bicudo teria sido condenado e preso se fosse um homem branco pertencente a uma elite financeira e intelectual. Longe de querer justificar o assassinato, o questionamento que aqui faço é no sentido de refletir a quem é destinado o sistema prisional no nosso país, visto que não faltam, ao longo do século XX e XXI, exemplos de absolvição ou impunidade em casos de feminicídio, sobretudo quando se trata de homens brancos pertencentes as classes abastadas.

O assassinato de Maria Francelina Trenes chocou a população e a moça entrou para o imaginário da cidade de Porto Alegre como santa popular. Mas foram mulheres as grandes responsáveis por manter essa memória viva e dinâmica, fazendo promessas, levando flores, velas, fotografias, pés, mãos e cabeças de cera que representam a parte do corpo curada e agradecendo as graças atendidas. Pedindo proteção para seus filhos (ou às vezes assustando-os para que não saiam de casa) e levando véus de noiva para a santa abençoar.

Em 1999, no centenário da morte de Maria Francelina Trenes, as mulheres da comunidade da Vila Maria da Conceição, ao fixar uma placa na grutinha com os dizeres: “Em homenagem a Maria Francelina Trenes, pelas muitas Marias que se tornou, em repúdio a toda forma de violência e discriminação contra as mulheres”, inscrevem na História, enfim, uma representação feminina dos fatos. O crime hediondo ocorrido em 1899 é evocado por coletivos de mulheres do presente que o denunciam como ato feminicida e o ligam à trajetória de muitas Marias de todos os tempos. As jovens estudantes da comunidade se somam a estes esforços produzindo narrativas históricas situadas e construindo sentidos para o tempo presente.

Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Maria Degolada – Mito ou Realidade?* Porto Alegre: EST, 1994.

AXT, Gunter. Júlio de Castilhos e Maria Degolada: a justiça nos espaços públicos da memória gaúcha. *Revista da Ajuris*, Porto Alegre, 2002.

BAIRROS, Luiza. “Nossos feminismos revisitados”. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

²⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1994, p. 56.

²⁷ PESAVENTO, 2008.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>>. Acesso em: 23 set. 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. A urgência da Interseccionalidade. TED – Ideas worth spreading, out. 2016. Vídeo online (18min50s), son., color. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt-br#t-698194>. Acesso em: 06 mar. 2018.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

KERBER, Alessander. *Memória Musical da Vila Maria da Conceição*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 2004.

MOURA, Carla de. *Diário de campo do Projeto de Educação patrimonial O Poder da Memória*. Porto Alegre: 2012.

_____. *As Marias da Conceição – Por um Ensino de História Situado, Decolonial e Interseccional*. 193 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – PROFHISTÓRIA/UFRGS, Porto Alegre, 2018.

O PODER da Memória. Projeto de Educação Patrimonial da Escola Santa Luzia. Porto Alegre: 2012. Disponível em: <<http://opoderdamemoria.blogspot.com/>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os sete pecados da capital*. Porto Alegre: Editora HUCITEC, 2008.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala*. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

RUFINO, Luis. Exu e a Pedagogia das Encruzilhadas sobre conhecimentos, educações e Pós Colonialismo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS: Movimentos Sociais e Educação, 8., jun. 2015, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/356170801/Exu-e-a-Pedagogia-Das-Encruzilhadas>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

SANHUDO, Ary Veiga. *Porto Alegre: Crônicas da minha cidade*. Porto Alegre: Editora Movimento, 1973.

STUMVOLL, Denise. A poética de Lunara e sua relação com o pictorialismo. In: ENCONTRO DA ANPAP – “Ecosistemas Artísticos”, 23., 15 a 19 set. 2014, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.anpap.org.br/anais/2014/ANAIS/simposios/simposio01/Denise%20Stumvoll.pdf>> Acesso em: 25 set. 2017.

WALSH, Catherine (Org.). *Pedagogías Decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. TOMO I. Quito-Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

[Recebido em: dezembro de 2019 /

Aceito em: dezembro de 2019]